

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.559, DE 2025

Acrescenta § 3º e § 4º no artigo 359-I, para dispor sobre crimes contra a soberania nacional, na lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021.

Autor: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA

Relator: Deputado PATRUS ANANIAS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº **3.559/2025**, de autoria do Deputado Pastor Henrique Vieira, busca tipificar a conduta de *“negociar ou articular com governo, bloco econômico, grupo estrangeiro ou seus agentes, medidas que causem relevante dano ou coloquem em grave risco a economia, a infraestrutura tecnológica ou a prestação de serviços digitais do país, com o fim de interferir nos processos decisórios dos Poderes constituídos”*.

O projeto, que tramita sob o regime ordinário e sujeita-se à apreciação do Plenário, foi distribuído para análise e parecer a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição.

Sob o enfoque da **constitucionalidade formal**, o projeto em análise não apresenta vícios, porquanto observadas as disposições



constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria (art. 22, I), do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e da iniciativa (art. 61).

No que tange à **constitucionalidade material**, todavia, impõe-se uma reflexão mais detida. O nobre autor propõe, no texto original, a previsão de *suspensão dos direitos políticos por 8 (oito) anos* como efeito da condenação. Entendemos, contudo, que a matéria relativa à suspensão ou perda de direitos políticos é de estatura constitucional, não podendo ser disciplinada ou ampliada por meio de legislação ordinária, sob pena de violação ao art. 15, inciso III, da Constituição da República, que é explícita ao dispor que a suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado perdura apenas “*enquanto durarem os seus efeitos*”.

Entretanto, a preocupação do autor quanto às consequências político-eleitorais da conduta tipificada é legítima e merece acolhida em outro plano normativo. Propomos, portanto, como alternativa de harmonização entre o propósito do projeto e o texto constitucional, o acréscimo de mais um parágrafo ao projeto de lei, enquadrando a hipótese como crime contra a administração pública, nos termos do item 1 da alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que trata dos casos de inelegibilidade, prazos de cessação e outras providências.

Nessa hipótese, a inelegibilidade decorreria automaticamente da condenação criminal transitada em julgado, estendendo-se até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, em conformidade com o que já estabelece a legislação complementar vigente. Essa solução preserva a coerência do sistema jurídico, respeita a reserva constitucional de matéria e reforça o caráter ético e republicano do exercício de funções públicas.

Com relação à **técnica legislativa**, o projeto também merece alguns pequenos ajustes, como a inserção das letras ‘NR’ maiúsculas, entre parênteses, ao final do dispositivo que se está alterando, além de um artigo primeiro indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. Além disso, embora o art. 359-I tenha sido acrescentado ao Código Penal pela Lei nº 14.197/2021, a partir do momento em que esse dispositivo passou a integrar o



Código Penal, leis posteriores que pretendam alterá-lo devem promover a modificação no próprio Código Penal, e não na legislação que originariamente estabeleceu essa inclusão. Portanto, a alteração deve ser proposta no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e não na Lei nº 14.197/2021.

Todas essas questões, porém, serão sanadas no Substitutivo apresentado.

No que tange ao **mérito**, entendemos que o projeto deve ser aprovado, por se mostrar absolutamente conveniente e oportuno.

Afinal, como bem lembra o autor da proposição, o art. 359-I do Código Penal (atentado à soberania), ao tipificar a conduta de “*negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo*”, limita-se a criminalizar violações à soberania praticadas por meio de agressões bélicas, deixando de fora muitas outras formas de se atentar gravemente contra a soberania de um país. E continua o autor:

“A barbárie, seja ela bélica, digital ou fiscal, mata a possibilidade do multilateralismo, mina as chances de crescimento e desenvolvimentos de países emergentes, destroem o ímpeto do combate à desigualdade, à fome e ao desemprego, e, por fim a qualquer sinalização de reconhecimento de dignidade para a população mais pobre do mundo, ou seja, reforça a existência de cidadãos de primeira e cidadãos de segunda classe.

Vivemos um cenário de grandes mudanças na Ordem Mundial, nossas instituições têm de ler esse cenário e forjar leis adequadas para proteger nosso país contra interferências cada vez menos ortodoxas vindas de terceiros. Uma reforma desejável passa por criminalizar novas formas de violações à nossa soberania nacional, superando a lógica simplória de defesa contra agressões territoriais, que pauta nossa legislação hoje.”

De fato, a soberania do Estado, hoje, pode ser ameaçada não apenas por atos militares, mas também por negociações e articulações que visam prejudicar a economia, comprometer a infraestrutura tecnológica ou abalar a prestação de serviços digitais essenciais. Ao incluir tais condutas no âmbito do art. 359-I do Código Penal, a norma passa a oferecer maior proteção



contra ingerências externas que possam interferir nos processos decisórios dos poderes constitucionais, preservando a autonomia e a integridade do Estado brasileiro diante de novas estratégias de pressão ou manipulação.

Vivemos um tempo em que a soberania dos Estados se vê testada não apenas pela força das armas, mas também pela força dos algoritmos, das redes e dos mercados. Nesse contexto, a iniciativa do Deputado Pastor Henrique Vieira traduz uma resposta lúcida e responsável aos desafios do século XXI.

Além disso, a proposta equilibra a tutela penal com a preservação dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Ao prever hipóteses de exclusão de ilicitude, o projeto assegura que não será criminalizada a atuação legítima de agentes que recorram a Cortes Internacionais ou a organismos multilaterais para que esses exerçam competências previstas em tratados ou convenções das quais o país é parte. Dessa forma, a alteração legislativa fortalece a soberania nacional sem isolar o Brasil da comunidade internacional, estabelecendo uma fronteira clara entre a defesa dos interesses estratégicos do Estado contra ingerências indevidas e a necessária cooperação global. Trata-se, portanto, de medida indispensável para modernizar o Código Penal e alinhar a legislação brasileira aos riscos geopolíticos e tecnológicos da atualidade.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.559/2025, na **forma do Substitutivo que ora se apresenta**.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PATRUS ANANIAS
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.559, DE 2025

Amplia as hipóteses que configuram atentado à soberania.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar as hipóteses que configuram atentado à soberania.

Art. 2º O art. 359-I do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 359-I
.....

§ 3º Na mesma pena do *caput* incorre quem negociar ou articular com governo, bloco econômico, grupo estrangeiro ou seus agentes, medidas que causem relevante dano ou coloquem em grave risco a economia, a infraestrutura tecnológica ou a prestação de serviços digitais do país, com o fim de interferir nos processos decisórios dos poderes constitucionais.

§ 4º A condenação transitada em julgado pela prática do crime previsto no parágrafo anterior deste artigo caracterizará hipótese de crime contra a administração pública para os fins do disposto do art. 1º, I, “e”, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, ensejando inelegibilidade desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Exclusão da ilicitude

§ 5º Na hipótese do § 3º, não comete crime o agente que provoca Cortes Internacionais ou organismos multilaterais a exercerem suas competências previstas em tratados ou convenções das quais o país é parte, tampouco o agente que articula medidas necessárias ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em âmbito internacional.” (NR)



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PATRUS ANANIAS
Relator

